



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA NO  
CONTEXTO ATUAL, COM BASE NAS OBRAS DE  
DERMEVAL SAVIANI**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Amanda Nunes Moreira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2010**

**GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA NO  
CONTEXTO ATUAL, COM BASE NAS OBRAS DE  
DERMEVAL SAVIANI**

**por**

**Amanda Nunes Moreira**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Prof. Dra. Liliana Soares Ferreira**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO  
ATUAL, COM BASE NAS OBRAS DE DERMEVAL SAVIANI**

elaborada por  
**Amanda Nunes Moreira**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Liliana Soares Ferreira, Dra.**  
(Presidente/Orientadora)

**Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)**

**Cristiane Ludwig, Ms. (UFSM)**

Santa Maria, 18 de setembro de 2010.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ATUAL, COM BASE NAS OBRAS DE DERMEVAL SAVIANI**

AUTORA: AMANDA NUNES MOREIRA

ORIENTADORA: LILIANA SOARES FERREIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 18 de setembro de 2010.

Este estudo objetiva discutir e analisar as relações entre o sistema capitalista e suas influências no sistema educacional do país, principalmente os seus reflexos na contextualização da teoria e prática da Gestão Educacional Democrática como princípio para a educação. Observando essas questões, o presente trabalho analisou como ocorreu a transformação e os metabolismos do sistema capitalista, e como esses fatores acabaram refletindo no cenário da educação do país, principalmente em relação à implantação de uma Gestão Educacional Democrática, entendida como princípio proposto pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB, utilizando como base as obras de Dermeval Saviani. Escolheu-se as obras deste autor por sua relevância e impacto nos estudos sobre educação e capitalismo, trabalho e democratização, tendo sido base para outros estudos nas últimas décadas. Nas obras de Saviani, e nas demais obras e artigos, utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo com base na proposta de Laurence Bardin (2002). Através da redemocratização política do país foi possível conquistar uma autonomia, em parte, em nosso sistema educacional.

Palavras-chave: Sistema capitalista. Gestão Educacional Democrática. Políticas Educacionais. Dermeval Saviani.

## **RÉSUMÉ**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA, NO CONTEXTO AUTAL, COM BASE NAS OBRAS DE DERMEVAL SAVIANI**

(La gestion démocratique et éducative dans le contexte actuel, basé sur articles de  
Dermeval Saviani)

AUTEURA: AMANDA NUNES MOREIRA

DIRECTEUR DES ENSEIGNANT: LILIANA SOARES FERREIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 18 de setembro de 2010.

Cette étude vise à examiner et analyser les relations entre le système capitaliste et son influence sur le système éducatif du pays, en particulier ses réflexions sur le contexte de la théorie et la pratique de l'administration scolaire en tant que principe démocratique de l'éducation. Regarder ces questions, cette étude a examiné comment la transformation s'est produite et les métabolismes du système capitaliste, et comment ces facteurs traduit finalement dans le scénario de l'éducation dans le pays, en particulier en ce qui concerne le déploiement d'une gestion démocratique de l'éducation, comprise comme un principe proposé par la loi directives et bases - LDB, en s'appuyant sur les travaux de Dermeval Saviani. Choisi comme les œuvres de cet auteur pour sa pertinence et études d'impact sur l'éducation et le capitalisme et la démocratie de fonctionner et a été la base pour d'autres études dans les dernières décennies. Dans les œuvres de Saviani, et dans d'autres livres et articles, a été utilisé comme méthode d'analyse de contenu basé sur la proposition de Laurence Bardin (2002). Par le démocratisation politique du pays a été possible de parvenir à l'autonomie, en partie, dans notre système éducatif.

Parole-clés: Système capitaliste. Gestion de l'éducation démocratique. Politiques d'éducation. Dermeval Saviani

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>2. CAPÍTULO I – ENTRE O CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO: O PROBLEMA SOCIAL</b> .....	08
2.1. Análise de conteúdo nas obras de Dermeval Saviani .....	10
<b>3. CAPÍTULO II – SISTEMA CAPITALISTA: O “SENHOR” DO PODER? ....</b>	<b>13</b>
3.1. O desenvolvimento do capitalismo .....	13
<b>4. CAPÍTULO III – GESTÃO EDUCACIONAL E LDB: DEMOCRACIA NO SISTEMA EDUCACIONAL?</b> .....	<b>19</b>
4.1. Gestão Educacional Democrática .....	19
4.2 As Leis de Diretrizes e Bases .....	23
4.2.1 Os projetos da LBD .....	26
<b>5. CAPÍTULO IV – DERMEVAL SAVIANI: A DEMOCRACIA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>30</b>
5.1 Dermeval Saviani: análise de algumas “concepções pedagógicas” ..	30
5.2 Dermeval Saviani: educação e Gestão Educacional Democrática .....	32
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O capitalismo sempre esteve presente nas mudanças sociais da nossa história, assim como suas transformações que acabavam modificando as relações das classes sociais (domínio, divisão, etc), e, conseqüentemente, a finalidade do ensino, e da educação também sofreu transformações com base nas mudanças do capitalismo. Dado a esse lugar social privilegiado, acaba ditando as regras que devem ser seguidas pela sociedade. Sendo o capital aquele que detém o poder sobre o governo, ele também influencia no desenvolvimento do nosso sistema educacional, no desenvolvimento da educação.

Com as transformações que ocorreram no cenário político do país, a partir do ano de 1980, com a redemocratização política, as mudanças educacionais passaram a fazer parte dos debates e discussões da política no Brasil. Foi analisando essas questões que este trabalho procurou observar como ocorreu essa transformação e ascensão do sistema capitalista (no contexto atual), e como esses acontecimentos acabaram refletindo no cenário da educação do país, principalmente em relação à implantação de uma Gestão Educacional Democrática, assim como da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, utilizando como base as obras de Dermeval Saviani. O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No Capítulo I buscou-se contextualizar o sistema capitalista e suas influências no sistema educacional, sendo que as transformações do capital acabaram resultando em problemas para a sociedade. No mesmo capítulo é apresentada a metodologia utilizada para a análise de conteúdo realizada nas obras de Dermeval Saviani, assim como nos artigos e obras de outros autores referentes à proposta de pesquisa do trabalho.

A ascensão do capitalismo e o desenvolvimento das duas classes sociais – burguesia e proletariado - estão presentes no capítulo II. Nesse capítulo também se procurou analisar o sistema educacional desenvolvido pela burguesia com a finalidade de fortalecer seu domínio e poder absoluto na sociedade. Essa educação

que a burguesia desenvolveu gerou uma divisão entre os seres humanos, entre a sociedade, e essa se utilizou da educação para a divisão das classes sociais.

No Capítulo III foi estudada toda a questão das transformações no sistema educacional, principalmente no período de redemocratização da política do país, e como ocorreram as conquistas a partir da Gestão Educacional Democrática, na teoria e na prática, e na forma de lei através do amparo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases – LDB – 9.394/96.

No Capítulo IV apresentam-se as concepções pedagógicas de Dermeval Saviani, que teve suas obras utilizadas como base de pesquisa para o presente trabalho. Debatem-se as idéias de Saviani em relação à educação, assim como a transformação do capitalismo, suas influências na sociedade e na educação, até a conquista (em parte) da Gestão Educacional Democrática no país.

## **2. CAPÍTULO I – ENTRE O CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO: O PROBLEMA SOCIAL**

As transformações do capitalismo sempre estiveram presentes nas mudanças sociais da nossa história. Conforme ocorriam as transformações do capital, também se modificavam as relações das classes sociais (domínio, divisão etc), e, conseqüentemente, a finalidade do ensino e da educação também sofreu transformações com base nas mudanças do capitalismo. Sendo o capital e a classe dominante aqueles que, de alguma forma, financiam o Estado<sup>1</sup> determinando regras a serem cumpridas, e objetivos a serem alcançados, o capital também acaba influenciando na organização do sistema educacional. Apesar de algumas conquistas (desvinculadas do capitalismo) no cenário, ainda hoje, o capital interfere no desenvolvimento da educação.

Essa questão pode ser melhor explicada pela argumentação de Brito

No Brasil, o Estado intermediou os interesses das classes dominantes, associando-se a eles e criando condições para a reprodução da força de trabalho dentro de regras de submissão. As políticas educacionais tiveram papel importante na manutenção da ordem social, na dominação de corpos e mentes e na exclusão social (BRITO, 2003, p. 134).

A educação pública acabou sendo submissa em relação ao capital, pois o mesmo sendo financiador do Estado detinha o domínio e liberdade de interferir em todos os setores do Governo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Podemos caracterizar Estado como o “setor da sociedade delimitada por documentos legais, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal. É responsável pelo bem estar dos cidadãos que moram e convivem em tal território” (KRUM, 2009, p. 8), deve ser responsável pelo bem estar social de todos os indivíduos.

<sup>2</sup> O Governo é o responsável por conduzir a política do país, “os governantes eleitos democraticamente pelo povo ou não, são responsáveis pela administração pública por determinado período, exercendo funções políticas, legislativas e administrativas, na esfera municipal, estadual ou federal” (BRITO, 2003, p. 134).

As transformações que ocorreram no sistema capitalista também foram perpassadas pelos países que dependiam do capital. Podem-se perceber essas mudanças através das políticas sociais e econômicas, que afetaram diretamente as políticas educacionais no Brasil.

Atualmente, ocorrem inúmeros debates acerca do sistema educacional, de uma gestão educacional e de uma escola democrática, mas muitos não sabem o tamanho da luta que foi “travada” para se darem as vitórias que se está vivenciando (mesmo sendo poucas). Pensando nesses fatos que o presente trabalho, além de seu objetivo central, também procura entender como foi possível a transformação de uma gestão educacional que tinha como base o modelo administrativo das empresas (produção de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho), para uma gestão educacional democrática<sup>3</sup> (dando abertura para a gestão escolar democrática<sup>4</sup>), dentro do contexto social capitalista e utilizando como base de leitura e a aplicação de aspectos da análise de conteúdo, com base na proposta de Bardin (2002), de obras de Dermeval Saviani. Incluiu-se, ainda, a análise de conteúdo de obras e artigos relacionados à educação, à sociedade capitalista, à Lei de Diretrizes e Bases, à gestão educacional democrática, à Constituição Federal de 1988. Além de Saviani, foram pesquisados alguns autores<sup>5</sup> referentes aos temas determinados pela problematização da proposta de pesquisa.

É de suma importância para o desenvolvimento da educação brasileira, problematizar essas transformações relativas ao desenvolvimento do sistema capitalista e do sistema educacional que ocorreram (e ainda ocorrem) em nosso

---

<sup>3</sup> A Gestão Educacional Democrática “refere-se a um amplo aspecto de iniciativas desenvolvidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino ou de outras ações que desenvolvem no âmbito de sua atenção” (VIEIRA apud KRUM, 2009, p. 8). A gestão educacional abrange um aspecto mais amplo de toda a educação (políticas, leis, normas, etc), é situado no macrosistema e existe em função da Gestão Escolar.

<sup>4</sup> Pode-se entender que Gestão Escolar Democrática é o “processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas e a garantia do amplo processo às informações aos sujeitos da escola” (FERREIRA, 2009). A gestão escolar refere-se às ações que ocorrem dentro do ambiente da escola, existe para garantir o ensino e a aprendizagem, situando-se no microsistema.

<sup>5</sup> BRITO, 2003; CURY, 2008; FONTANA, 2009; FERREIRA, 2010; GENTILI, 2005; KRUM, 2009; LOMBARDI, 2005; OLIVEIRA 2003; VIEIRA, 2000.

país, para assim ser possível entender o atual contexto e de que maneira se encontra a educação. Ao problematizar essas questões, busca-se compreender de que maneira, e em quais circunstâncias, ocorreram a ascensão do sistema capitalista (de forma breve), suas influências no Estado e no governo, e a partir dessas, suas consequências no cenário da educação nacional.

## 2.1 – Análise de conteúdo nas obras de Dermeval Saviani

As obras de Dermeval Saviani foram utilizadas no presente trabalho partindo da metodologia de análise de conteúdo. Para fazer essa análise de conteúdo das obras de Saviani, teve-se como base a obra de Laurence Bardin (2002) que acredita que a mesma deva ser utilizada como forma de dados de pesquisa. Bardin (2002) descreve como que é necessário “desvendar” um discurso que aparentemente se encontra “pronto”, mas que, na verdade, pode-se encontrar outro sentido através da análise.

Bardin descreve, de uma maneira bem clara, o que significa a análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicações muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2002, p. 31-grifos da autora).

A análise de conteúdo propõe-se a “descobrir” mensagens, que, muitas vezes, estão nas “entrelinhas”. Sobre isso ela argumenta que

[...] analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo, é ser agente duplo, detective, espião ... daí a investir-se o instrumento técnico enquanto tal e a adorá-lo como ídolo capaz de todas as magias, fazer-se dele o pretexto ou o álibi que caucione vãos procedimentos, transformá-lo em gadget inexpugnável do seu pedestal, vai um passo [...] que é preferível não transpor (BARDIN, 2002, p. 9).

O principal objetivo da análise de conteúdo é a comunicação, a palavra. Por isso, ela é utilizada quando se tem por objetivo ir além da leitura “básica”, quando se quer extrair dos textos aquelas mensagens que estão nas “entrelinhas”, aquela comunicação que requer um “olhar”, um sentido a mais para a pesquisa em questão. Através da análise buscam-se novas realidades para nossas pesquisas (BARDIN, 2002).

Segundo Bardin (2002), a análise se dá através de três momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados – inferência e interpretação. A pré-análise é a organização do material, e

[...] também corresponde a um período de intuições, mas, tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 2002, p. 95).

Essa fase é composta por três momentos: a escolha do documento (quando ocorrerá a análise), a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração que fundamenta a interpretação final. A exploração do material tem como objetivo colocar em prática o que foi selecionado na pré-análise, referente à operação e codificação (“tratamento” do material). Por último, o tratamento dos resultados – inferência e interpretação dos dados coletados, com a finalização do trabalho, sendo que os resultados devem ser significativos e válidos.

No presente trabalho a análise de conteúdo foi realizada nas obras de Dermeval Saviani (2010, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2005) e dos demais artigos e livros referentes ao tema da pesquisa, buscando extrair o que havia nas “entrelinhas” das obras estudadas referente ao estudo do sistema social capitalista, a educação democrática e a gestão educacional democrática. Nesse processo, foi realizada a leitura minuciosa das obras, após o “fichamento” das mesmas, e a releitura de obras e fichas. Com esse procedimento, objetivou-se realizar uma leitura específica, para ser possível utilizar a mesma como instrumento para a análise de conteúdo, assim como o estudo da mensagem escrita e da comunicação. Foi de suma importância analisar como foram produzidas as mensagens estudadas. Após essas etapas buscou-se realizar a execução dos três momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados – inferência e interpretação. Isto porque, como já foi citado, a análise de conteúdo tem como função analisar as mensagens

(comunicação). No presente trabalho, esse procedimento de pesquisa ocorreu através das investigações bibliográficas das obras de Saviani, possibilitando uma análise mais profunda dessas comunicações, e procurando legitimar a proposta da pesquisa em questão.

### 3. CAPÍTULO II – SISTEMA CAPITALISTA: O “SENHOR” DO PODER?

#### 3.1 – O desenvolvimento do capitalismo

No início da ascensão do capitalismo quem organizava e determinava o sistema educacional era a burguesia. A educação que a burguesia desenvolveu gerou a “divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução das tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade” (SAVIANI, 2008a, p.193).

A partir dessas divisões educacionais construídas pela burguesia (se assim se pode chamar o domínio burguês sobre o restante da sociedade), deu-se início a novas tendências pedagógicas. Essas diversas tendências pedagógicas (ensino tradicional<sup>6</sup>, escolanovismo<sup>7</sup>, etc), foram construídas em determinada época para

---

<sup>6</sup> Pedagogia tradicional: “A denominação “concepção pedagógica tradicional” ou “pedagogia tradicional” foi introduzida no final do século XIX com o advento do movimento renovador que, para marcar a novidade das propostas que começaram a ser veiculadas, classificaram como “tradicional” a concepção até então dominante. Assim, a expressão “concepção tradicional” subsume correntes pedagógicas que se formularam desde a Antiguidade, tendo em comum uma visão filosófica essencialista de homem e uma visão pedagógica centrada no educador (professor), no adulto, no intelecto, nos conteúdos cognitivos transmitidos pelo professor aos alunos, na disciplina e na memorização” (SAVIANI, 2010, p. 31).

<sup>7</sup> Pedagogia Nova (Escolanovismo) – “Contraopondo-se à concepção tradicional, a concepção pedagógica renovadora se ancora numa visão filosófica baseada na existência, na vida, na atividade. Na visão moderna, sendo o homem considerado completo desde o nascimento e inacabado até morrer, o adulto não pode se constituído como modelo, razão pela qual a educação passa a centrar-se na criança. Do ponto de vista pedagógico o eixo se deslocou do intelecto para as vivências; do lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos, do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; da

auxiliar a ascensão e o domínio de determinada classe social e sociedade. Essas “construções” ocorreram devido às mudanças que o sistema capitalista acabava sofrendo em decorrência do desenvolvimento econômico. Percebe-se, assim, que o processo de produção foi determinante nas escolhas e valores dos cidadãos, como na construção da mentalidade e subjetividade, escolha religiosa<sup>8</sup>, tendências políticas.

Partindo desse pressuposto pode-se perceber que o verdadeiro sentido da escola e do ensino, que seria igualar os seres humanos em sua construção intelectual no sentido que todos devem ter acesso à educação, sem distinção, perdeu-se durante a “evolução” da sociedade e acabou por fortalecer a divisão de classes, de poderes dominantes e dominados. A concepção educacional foi se modificando conforme as transformações do modelo de produção capitalista. Durante grande período, e atualmente, o sistema educacional era influenciado (e poderia dizer comandado) pelo capital, como descreve Oliveira,

[...] a classe trabalhadora era quem demandava a escola pública *formadora dos exércitos industriais de reserva* [...] A escola era baseada como mecanismo para obtenção de emprego pelos trabalhadores e era ofertada pelo Estado e para as empresas como meio de formação de força de trabalho (OLIVEIRA, 2003b, p. 74 – grifos meus).

A educação sempre foi dominada por alguma forma de poder, independente do período estudado, ou relatado, o poder soberano, normalmente aquele que detinha maior capital, propriedade de produção, dominava os seres humanos e a forma de ensino para os mesmos. Assim, a educação era utilizada como um instrumento de manipulação de poder.

Para entender essas transformações que ocorreram e ocorrem na educação e o papel da escola, é necessário analisar sua trajetória (mudanças, transições, transformações), a evolução da sociedade, assim como das classes sociais e da

---

direção do professor para a iniciativa do aluno; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada na biologia e na psicologia” (SAVIANI, 2010).

<sup>8</sup> O sistema capitalista esteve presente, também, no “meio” de algumas religiões. Podemos lembrar, principalmente, a Idade Média onde a Igreja Católica controlava e financiava a educação, baseada num conceito cristão (o conhecido sistema escolástico). No início do século XX, a mesma, ainda, comandava inúmeras escolas e assim, determinava o seu sistema de ensino; tudo isso tendo como base o poder do capital. Mario Manacorda nos coloca essa questão da Igreja Católica e seu financiamento e poder em relação a educação, em seu livro “História da Educação: da antiguidade aos nossos dias” (MANACORDA, 2000).

ascensão do capital. Sem analisar essas questões históricas, é impossível entender as transformações que ocorreram, e ainda ocorrem no sistema de ensino. Como já fora citado, o sistema capitalista influenciou, e continua influenciando, nas decisões do sistema educacional através do seu poder em relação ao governo e deste em relação ao financiamento do capital.

Esse poder que o sistema capitalista exerce exige que a sociedade tenha nível educacional melhor, pois quanto mais instruída for certa parte do povo, mais capitalista o país tende a ser, pois assim o mercado de trabalho terá mão-de-obra mais qualificada, maior consumo de produtos, o que irá gerar maior capital. Mas esse alto nível de educação não se estende para toda a população, pelo contrário, a maioria da sociedade possui um sistema educacional médio, defasado e com inúmeras lacunas a serem preenchidas. Essa responsabilidade, por certo e por total, caberia ao Estado, sendo que a Constituição Federal de 1988 exige que todos os cidadãos tenham direito a educação pública, e esse dever deve ser proporcionado pelo Estado<sup>9</sup>.

Devido o financiamento do capital ao Estado, e assim sua interferência no sistema educacional, a educação passou a ser vista como parte da economia, e não como forma de razão cultural ou social, levando em consideração os valores morais e humanos, mas os motivos econômicos, transformando-se em uma parte do capitalismo atual. Isso ocorre pelo fato de que é o capital que acaba “ditando” regras e normas para todos os setores da sociedade.

A partir de todas as transformações e consequências do capitalismo “a educação passou, pois a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo” (SAVIANI, 2005, p. 22). Pode-se perceber que essa questão colocada por Saviani

---

<sup>9</sup>“CAPÍTULO III – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO - Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BRASIL, 1988).

se faz presente nas primeiras formas de administração escolar adotada e implantada pelo governo, que eram baseadas na administração das empresas<sup>10</sup>.

Saviani (2005) afirma que a partir de 1950 e 1970 essa visão produtivista da educação ganha força, e é organizada de acordo com os ditames do taylorismo–fordismo (pedagogia tecnicista). Tal teoria era apoiada pela Lei Nº 5.692/1971, que prescrevia que as escolas deveriam ter o formato vigente nas fábricas. Já no final de 1980 iniciaram as reformas educativas neoliberais, que continuam ainda hoje. É nesse caso que o

[...] papel do Estado torna-se secundário e apela-se para a benemerência e voluntariedade [...] o Estado, agindo em concordância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços educativos, mas concentra em suas mãos as formas de avaliação institucional. Assim, também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção na ordem vigente (SAVIANI, 2005, p. 23).

A forma de educação implantada nas escolas, com a influência do capitalismo, acaba interferindo na organização curricular das escolas, delimitando e ordenando os conteúdos a serem trabalhados. O objetivo do currículo deveria considerar, e relevar, as necessidades sociais do contexto em que a escola encontra-se inserida, e não apenas exaltar as metodologias de questões que acabam fortalecendo o poderio do monopólio capitalista. As questões mais amplas também são importantes para a construção intelectual dos estudantes, mas inúmeras vezes as escolas acabam “esquecendo” esses fatos locais do cotidiano, que são de extrema importância para a formação dos estudantes.

Essa questão remete a pensar que o Estado acaba proporcionando poder a quem não vivencia a realidade do sistema educacional, e infelizmente quem aprova e redige as leis educacionais, na maioria das vezes, não são pessoas do meio educacional, não conhecem a realidade da educação que o país necessita.

Devido à interferência do capitalista a educação acaba, por vezes, tendo uma grande finalidade lucrativa, beneficiando a burguesia. Tanto o ensino privado quanto o ensino público passam a ter sua organização e administração a partir da lógica de

---

<sup>10</sup> Durante muito tempo a administração/gestão escolar teve como base a administração das empresas/indústrias. “O transplante de teorias administrativas (e economicistas) para a educação, via de regra, dá-se pelos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência” (FONTANA, 2009, p.44).

empresa (como já foi citado acima). No capitalismo, o saber intelectual é transferido para as máquinas, as quais se tornam mais eficientes, com custo menor em relação ao trabalho humano, garantindo qualidade e agilidade, aumentando a alienação (como trabalhador capacitado) do indivíduo e diminuindo a valorização do trabalho.

Como forma de instituição, a escola tornou-se um elemento fundamental na formação de mão-de-obra, contribuindo para a economia e integração da sociedade,

O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (GENTILI, 2005, p. 50).

Uma melhor educação pode significar maior desenvolvimento econômico. Maior investimento na educação gera maior desenvolvimento, mas devemos nos questionar porque tal investimento não ocorre no sistema educacional público. No Brasil não ocorre a relação entre educação e desenvolvimento econômico.

O novo mercado de trabalho não quer, apenas, mais um “estoque de mão-de-obra”, ele já exige que as escolas, também, formem trabalhadores quem tenham capacidade de rápida adaptação e eficiência, com comportamento flexível.

*[...] enquanto não for historicamente superada a divisão entre capital e trabalho – o que produz relações sociais e produtivas que têm a finalidade precípua de valorização do capital -, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas da escola e dos profissionais da educação no processo de materialização do projeto político-pedagógico (KUENZER, 2005, p. 90-91 – grifos da autora).*

Dessa maneira, através da educação, é possível obter produtividade econômica com elevado nível de crescimento, no qual todos os indivíduos são beneficiados. Isso gera uma melhora na condição de vida dos indivíduos, um grande aumento no nível cultural da sociedade, rendendo assim uma boa empregabilidade como conseqüência.

Por isso, se pode afirmar que é na escola que a cidadania é instituída, com base na “[...] necessidade que se tem de transmitir de forma sistematizada o saber acumulado pela humanidade [...] as funções políticas e sociais da escola são também atravessadas pelos interesses das classes sociais” (VIEIRA, 2000, p. 130).

Analisando essa questão percebe-se que a valorização do sistema educacional por todos os setores do Estado é de suma importância, e o principal, deve ser realizado com a máxima urgência. Essa nova forma de proposta social, exige que a educação, que a transferência de saberes esteja ao alcance de todos, e que a “produção” de estudantes em série não possui mais espaço nessa “nova” sociedade que está sendo construída.

## **4. CAPÍTULO III – GESTÃO EDUCACIONAL E LDB - DEMOCRACIA NO SISTEMA EDUCACIONAL?**

### **4.1 – Gestão Educacional Democrática**

Para entender as transformações que ocorrem, e continuam ocorrendo no sistema educacional, é de suma importância analisar e compreender como a mesma foi constituída e desenvolveu-se historicamente. Como afirma Saviani, “desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação” (SAVIANI, 2008a, p. 1), ou seja, o desenvolvimento da sociedade está diretamente ligado à educação, e vice-versa, portanto, tudo que ocorre no contexto social acaba refletindo e influenciando nas questões educacionais.

Pode-se perceber essas transformações e desenvolvimentos principalmente no princípio da Idade Moderna, que trouxe consigo o modo de produção capitalista, e o surgimento das classes sociais: o proletariado (trabalhador que vende sua força de trabalho) e a burguesia (classe dominante, dona dos meios de produção e de toda a propriedade privada): “[...] a educação escolar emergiu na modernidade como a forma principal e dominante de educação, erigindo-se em ponto de referência e critério para se aferir as demais formas de educar” (SAVIANI, 2008a, p. 202).

Saviani deixa ainda mais clara essa questão quando afirma que

[...] o predomínio da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura tende a se generalizar e a esse processo corresponde a exigência da generalização da escola. Assim, não é por acaso que a constituição da sociedade burguesa trouxe consigo a bandeira da escolarização universal e obrigatória (SAVIANI, 2008a, p. 2).

Para fazer parte da sociedade moderna era necessário ser letrado, e para isso era necessária a instituição escolar. Dessa maneira na sociedade moderna, a burguesia, passa a ter maior domínio em relação ao proletariado, as classes menos favorecidas de recursos financeiros e de acesso a educação. O interesse no sistema de ensino surge para garantir o desenvolvimento do modo de produção e a ascensão do sistema capitalista (SAVIANI, 2008a). Devido ao seu poderio, a burguesia passa a ditar as regras de todos os setores de sua sociedade, principalmente do sistema educacional, pois ela dependia da escola para que suas fábricas tivessem êxito financeiramente. Dessa maneira, os proprietários do meio de produção detêm o poder da tecnologia, da ciência, do conhecimento. Para seu próprio benefício, o sistema capitalista divide o trabalho em dois segmentos: trabalho manual (que não requer muitos conhecimentos intelectuais) trabalho intelectual, que obviamente, é executado pelos capitalistas. Por esse motivo, se afirma que a sociedade capitalista tem como base a propriedade privada dos meios de produção, e isso resulta na apropriação dos bens produzidos pelo coletivo, por todo meio social (SAVIANI, 2008<sup>a</sup>, p. 1).

Na medida em que esse tipo de sociedade constitui, como seu elemento regulador, um Estado, conseqüentemente capitalista, a 'política econômica' impulsionada por esse Estado, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação da ordem capitalista, favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade.

Como afirma Vieira (2000) em relação à escola “ela surge da necessidade que se tem de transmitir de forma sistematizada o saber acumulado pela humanidade [...] as funções políticas e sociais da escola são também atravessadas pelos interesses das classes sociais” (p. 130). Sendo a burguesia a classe dominante, o ensino era organizado e aplicado conforme os objetivos financeiros que essa classe social desejava.

Esse domínio absoluto do capitalismo em relação à educação perde força (com pouca relevância) apenas no início do século XX.

É com efeito, neste século que se busca democratizar a educação, seja quantitativamente através da universalização e prolongamento da escola fundamental, seja qualitativamente através da difusão dos movimentos de renovação pedagógica (SAVIANI, 2008a, p. 4).

É apenas a partir de 1990 que a escola passa a fazer parte do contexto social como uma “questão”, como “parte”, com importância para o país, como algo que

pode fazer a diferença na sociedade. Até então o debate sobre escola, sobre educação, era esquecido, e também não se fazia perceber pelas políticas educacionais (VIEIRA, 2000).

Para que a educação pudesse ser “parte” importante do contexto social era necessário que houvesse mudanças em seu sistema educacional, como descentralizar o poder do Estado e proporcionar autonomia para as escolas em relação aos seus Projetos Políticos e Pedagógicos. Para a “nova” educação era preciso a construção de projetos educacionais que proporcionassem maior autonomia para as escolas.

Foi através LDB – Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96 - que essas questões passaram a ser debatidas e implantadas no sistema educacional com maior notoriedade, ou seja, foi nesse momento que a Gestão Educacional Democrática<sup>11</sup> ganha força frente à monopolização do sistema educacional pelo Estado e pelo capital. Ferreira e Sturmer destacam a importância de Gestão Democrática: “[...] as limitações do modelo dinâmico, que trouxe a descentralização, a democratização da gestão escolar e a necessidade de se construir a autonomia da escola” (2010, p. 7).

Gestão escolar significa trabalho em equipe. Essa equipe diz respeito a todos os setores que compõem a escola: direção, professores, funcionários, alunos e a comunidade onde a mesma encontra-se inserida. Mas a mesma só ocorre no ambiente escolar, deixando de ser teórica e transformando-se em prática, no momento em que todos os setores, já citados, participarem ativamente do cotidiano da escola. Se um desses setores deixa de participar, iniciam-se os problemas do desenvolvimento da gestão, sendo que essa significa a união e o trabalho de um todo.

No campo educacional, a gestão proporciona autonomia às escolas em relação a sua proposta pedagógica, administração e gestão financeira. Substitui-se a

---

<sup>11</sup> A Gestão Democrática fora citada na Constituição Federal de 1988, no “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Constituição Federal de 1988), mas a lei não conceituava o que seria a Gestão Democrática. Foi através da LDB que a mesma passa a “ter” um sentido e um conceito.

ideia de administração (que tinha como base o modelo das indústrias) do cotidiano, das relações ensino-aprendizagem, para a concepção do todo, do amplo. A gestão faz com que a educação e suas relações não permaneçam apenas dentro do local, da instituição escolar, ela cria ligações e relações entre a comunidade interna (professores, alunos e funcionários) e a comunidade externa (família e o meio social onde a escola está inserida).

No novo contexto da gestão educacional, há uma *recentralização* das decisões na esfera federal. Anula-se gradativamente a governabilidade dos Estados sobre decisões que afetam não apenas os sistemas educacionais, mas o próprio pacto federativo (VIEIRA, 2000, p. 142-grifos da autora).

A gestão educacional democrática “surge” para transformar o conceito da educação “tradicional”, comum a todos, e opõe-se “a uma educação específica (do tipo ensino profissional), de classe (que constitua um privilégio) ou mesmo que carregue algum diferencial mesmo que lícito (escola confessional)” (CURY, 2008). Esse “comum a todos” se refere ao tipo de conhecimento em que toda a população, sem distinção, tem o direito de ter acesso, sendo essa custeada pelo governo, direito que o Estado tem obrigação de oferecer a todos (explicação presente no capítulo anterior). A mesma faz com que seja possível uma mudança social através do papel da educação. Aquilo que é democrático beneficia a todos, e não apenas uma parcela da sociedade, com a qual estamos acostumados a presenciar um maior benefício perante aqueles que possuem uma aquisição financeira significativa.

Analisando essa vitória da educação, não basta que a gestão seja amparada por lei, ela deve ser realizada, desenvolvida dentro da instituição escolar, nos discursos e práticas dos professores e alunos. Caso contrário, a mesma acaba não saindo do “papel”, ficando, apenas, na teoria.

A gestão educacional tornou-se um dos processos educacionais de maior importância que simbolizam a autonomia educacional em poder dos profissionais da educação, e não mais se encontram em poder do governo, do Estado, ou, do capitalismo. Essa democratização da educação significa dar “abertura” às novas práticas pedagógicas, assim como uma “abertura” na administração e na gestão da escola. Essas transformações, ou, essa autonomia proporciona uma maior liberdade

nas decisões da escola em relação a toda sua organização educacional. Ferreira (2007) afirma que a gestão é democrática e democratizante, sendo que a mesma “necessita propiciar a todos a participação efetiva, a autonomia, a prática cidadã, de modo educativo, visando a uma maior inserção em outras esferas sociais”. Assim, pode-se afirmar que a Gestão Educacional é uma nova forma de construção do sujeito-aluno, a construção de um novo cidadão social. “Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização e atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades” (KRUM, 2009, p. 20)

Com essas novas crenças educacionais, o Estado perde parte do poder que antes exercia sobre as escolas e o sistema educacional, passando tal responsabilidade para a própria instituição e para a comunidade na qual a mesma esteja inserida. Mas isso não significa que o Estado deixa de ter obrigações, responsabilidades com a educação apesar das transformações políticas educacionais. Em decorrência, com essa conquista foi necessário repensar a questão administrativa da educação, já que a ideia da escola como um espaço de formação de cidadania tornava-se fixa e real. Devemos pensar que a educação é um dos caminhos que podemos “construir” um sujeito-aluno-cidadão, isso deveria ter uma maior importância para nossos políticos, para o Estado.

#### **4.2 – As Leis de Diretrizes e Bases**

A primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB – promulgada estava presente na Constituição de 1961. No ano de 1987 (SAVIANI, 2008a) iniciou-se a mobilização para elaboração de um novo projeto de LDB. Essa nova estrutura visava esclarecer melhor a lei em questão (as diretrizes e bases), assim como reorganizar e acrescentar alguns artigos de relevância. Um dos objetivos da “nova” LDB era proporcionar maior autonomia na organização (todos os setores da educação) do sistema educacional.

As reformas educacionais nos anos de 1960 eram compreendidas como mecanismos de redução da desigualdade social, pelo fato “que ampliaram o acesso à escolaridade, assentavam-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos” (OLIVEIRA, 2006). Já nos anos de 1990 esse mecanismo passou a ser a equidade social.

Tal mudança de paradigma implica transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade, já que a educação geral é tomada como requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visem à contenção da pobreza (OLIVEIRA, 2006).

Um primeiro projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 1988, redigida pelo deputado Octávio Elísio (SAVIANI, 2008a). Ao analisar esse projeto é possível perceber que possuía um discurso capitalista, dando plenos poderes ao Estado, e nenhuma forma de autonomia as escolas. As leis educacionais anteriores ao ano de 1996, não fazem referência, em nenhum momento, que a própria escola juntamente com todos os seus setores, envolvendo professores, alunos, funcionários e comunidade na qual esteja incluída, poderia ter liberdade de organizar seu projeto educacional. Até então a organização do sistema educacional pertencia apenas a União, e a mesma ditava as regras e normas que a educação deveria cumprir.

A LDB 9.294/96 é a lei maior da educação no país. Sendo uma lei, quem a construiu foi o Estado, e sendo o Estado movido pelos ideais e conceitos capitalistas, podemos concluir que as leis educacionais do país sofreram (e continuam sofrendo, em menor relevância) influências da teoria capitalista que tem como interesse a mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Essa situação atinge o seu paroxismo na conjuntura atual, marcada pela hipertrofia dos mecanismos de mercado, em que tudo, desde a visão de sociedade até as decisões mais específicas referentes à vida pessoal dos indivíduos, passa pelo crivo mercadológico (SAVIANI, 2008b, p. 4).

Analisando a citação de Saviani (2008b), é perceptível que o contexto social, move-se em torno dos interesses da política econômica, do mercado, ou seja, somos “educados” para servir a uma minoria que detém o poderio do capital.

É na política econômica que a política educacional encontra suas maiores dificuldades de desenvolvimento. Sendo o governo aquele que determina as

medidas para a educação, e sendo esse “influenciado” pelo capital, acaba determinando as leis que convém para o sistema capitalista. Isso ocorre devido o capital ser aquele que financia o sistema do governo, assim, ele tem a liberdade de influenciar nas decisões governamentais, inclusive nas decisões do sistema educacional.

Para ser possível uma nova organização desse sistema, é necessário que ocorra um rompimento com o domínio do sistema capitalista. Analisando o contexto social atual, como seria possível ocorrer esse rompimento, o governo aquele que decreta as leis do país, e sendo esse manipulado pelo mercado, pelo capital?

Na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas. Diante da constatação de que a educação escolar não consegue responder plenamente às necessidades de melhor distribuição de renda e, por extensão, saldar a dívida social acumulada em décadas passadas, a crença nessa mesma educação como elevador social é arrefecida (OLIVEIRA, 2006).

O mercado de trabalho, hoje, para sobreviver, necessita do sistema educacional. É inevitável que a sociedade tenha acesso à educação. A educação é um dos meios capazes de desenvolver um país (desenvolvimento em todos os setores, político, social e econômico). Um país com educação qualificada e democrática, com professores (ras) valorizados e que sejam bem remunerados, cidadãos que tenham acesso a mesma (com ensino público); essa é a base para a estabilidade de qualquer país, de qualquer governo.

A LDB é uma forma legal de garantir que a educação seja realmente direito de todos e dever do Estado. Para existir cidadania para todos, é necessário que exista algo em comum entre todos, ou seja, a educação, que foi declarada um direito.

Assim, para fazê-la direito de todos, era imprescindível que houvesse algo de comum ou universal. É dessa inspiração, declarada e garantida na Constituição, que a educação escolar é proclamada direito. Dela se espera a abertura, além de si, para outras dimensões da cidadania e da petição de novos direitos [...] Ora, a LDB captou esse espírito e o traduziu pelo conceito de 'educação básica, conceito novo expresso em uma declaração de direito de todos a ser realizado em uma educação escolar que contivesse elementos comuns. De um lado, o combate à desigualdade, à discriminação e à intolerância, de outro lado, o apontamento da condução da educação escolar pelo princípio, também novo, da gestão democrática (CURY, 2008).

A educação escolar também auxilia no desenvolvimento do mercado de trabalho, assim torna-se “um elemento facilitador dos processos de acumulação capitalista” (KRUM, 2009, p. 21-22). Através da educação pode-se qualificar, também, o mercado de trabalho, que passa a exigir mão-de-obra mais qualificada e preparada, mais competitivo e para um novo contexto social.

A descentralização dos poderes do Estado em relação à educação acaba fazendo com que o mesmo “deixe de lado” suas obrigações, principalmente nas questões relacionadas às políticas públicas e sociais no campo da educação. Mas esse mesmo Estado que “esquece” a educação, necessita dela para poder se manter, para ter sustentabilidade. Dever-se-ia lembrar aos políticos a importância que a educação exerce para o desenvolvimento do país, desenvolvimento esse que ocorre em todos os setores.

#### **4.2.1 – Os projetos da LDB**

Pode-se analisar em alguns artigos do projeto de LDB apresentada pelo Deputado Octávio Elísio<sup>12</sup>, que a educação, por si e pelos seus profissionais habilitados, não possuía nenhuma forma ou nenhuma liberdade autônoma.

No Art. 2º, do projeto de Octávio Elísio, é afirmado que a educação é direito de todos, sendo incentivada pelos meios legítimos da sociedade. Infelizmente não eram, e não continuam sendo prioridade desses meios legítimos, apenas se esses resultados fossem satisfatórios para o sistema capitalista (SAVIANI, 2008a).

Nos Art.12º, 14º e 15º pode-se verificar que as escolas não tinham nenhuma autonomia em construir seu próprio Projeto Político Pedagógico com maior

---

<sup>12</sup> Octávio Elísio era deputado em 1988 quando encaminhou a Câmara Federal (após a promulgação da Constituição Federal de 1988) um projeto de Lei, propondo a fixação das diretrizes e bases da educação do país. Esse projeto foi um dos mais relevantes, de todos os projetos referentes à LDB apresentados na Câmara, e refletia os acontecimentos que estavam ocorrendo no Brasil (redemocratização política) (SAVIANI, 2008a).

liberdade de escolha de suas prioridades e necessidades, não deixando de seguir uma organização nacional; mas as escolas, seus alunos, possuem necessidades de conteúdo locais que a União não inclui nos projetos nacionais. Percebe-se essa diferença com o projeto da LDB 9394/96 (SAVIANI, 2008a).

Em março de 1989 o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB – CE), criou um grupo de trabalho para a LDB, que teve como relator Jorge Hage. Ao projeto de dezembro de 1988 (de Octávio Elísio) foram anexadas algumas propostas relacionadas à LDB. No texto de Jorge Hage, que substituiu o projeto do deputado Octávio Elísio, no capítulo II referente aos fins da educação nacional ele coloca no Art. 2º que a educação deve ser um instrumento social que promova o exercício da cidadania, igualdade, democracia, liberdade, solidariedade, etc; questões básicas para a formação do aluno-sujeito-cidadão. É ressaltada a importância da formação de um cidadão com todos os valores (dignidade, solidariedade, democracia, etc), mas destaca a questão do mercado de trabalho no mesmo patamar da educação, ou seja, a educação e o capitalismo possuem uma mesma “valoração”, um mesmo “valor”, para nossa política. A “democracia educacional” já tem alguns sinais de existência (pelo menos no “papel”) no projeto de Hage (SAVIANI, 2008a).

No capítulo IV – dos princípios da educação escolar, ele cita como item importante a gestão democrática, mas não especifica como a gestão poderia ocorrer democraticamente no sistema de ensino, e se ela realmente seria efetivada (SAVIANI, 2008a).

Em 1992 deu entrada na Comissão do Senado um novo projeto de LDB, tendo como autor o Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e assinado pelos senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Maurício Correa (PDT-DF), e como relator o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) (SAVIANI, 2008a).

Se analisar apenas a estrutura do projeto, ele resalta algumas intenções democráticas às decisões de organização do ensino, como está presente no Título III referente a liberdade de ensino. Darcy Ribeiro “afirmava que pretendia desengessar a educação brasileira” (SAVIANI, 2008a, p.128). Mas Saviani coloca a intenção de tal projeto: “Em verdade o que se desengessava era o governo, isto é, o

Poder Executivo que ficava livre para formular a política educacional segundo as conveniências dos círculos que lhe são próximos, sem nenhum mecanismo de controle por parte da sociedade organizada” (Ibid, p.128).

Aparentemente, o que parecia incentivar uma democracia do sistema de ensino, tinha um objetivo ocultado:

Com efeito, diferentemente do projeto na Câmara que se formulou sobre uma concepção de democracia participativa, compartilhando-se as decisões entre as autoridades governamentais e a comunidade educacional organizada, através de conselhos de caráter deliberativo, o projeto do Senado tem por base uma concepção de democracia representativa na qual se dá a escolha dos governantes. Uma vez escolhidos, estão eles legitimados para tomar as decisões em nome de toda a sociedade não necessitando mais sequer consultá-la” (SAVIANI, 2008a, p.129).

No projeto de Darcy Ribeiro parecia ludibriar-se a verdadeira intenção da liberdade de ensino (título III), conforme as seguintes condições: “I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Apesar de constar no projeto “da liberdade de ensino”, era dever cumprir todas as normas nacionais da educação e ser avaliada pelo Poder Público, ou seja, a gestão democrática citada no Título I, “dos princípios e fins da Educação Nacional”, permanecia “atuante” apenas no papel, na prática era o governo quem determinava as ações e desenvolvimento do sistema educacional (Ibid, p. 133).

Para Darcy Ribeiro a democracia do povo limitava-se apenas à escolha de seus governantes, e nada mais. Portanto, no seu projeto de LDB o povo não tinha nenhum direito de opinar sobre as decisões, pois sendo ele eleito pelos mesmos (cidadãos) possuía todo e qualquer tipo de poder para decidir sobre os projetos do sistema educacional (SAVIANI, 2008a).

Há que se considerar também que o mundo do trabalho e o capital sempre se fizeram presentes nas leis do sistema educacional. Não diferente, ocorreu com a Lei nº 9.394/96, conhecida inicialmente como a Nova LDB, na qual, no “Título I – Da Educação”, § 2º é afirmado que “a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática educacional” (SAVIANI, 2008a, p. 163). No “Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional” encontra-se uma citação ao princípio da liberdade e solidariedade, e logo após a preocupação com o mercado de trabalho,

Art 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Ibid, p. 163).

Essa “Nova” LDB, comparada com os projetos anteriores, deixa mais explícito algumas intenções em relação à liberdade e a autonomia da escola frente as suas propostas pedagógicas. Também destaca de uma forma mais real a questão da Gestão Democrática,

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Ibid, p. 168).

Saviani argumenta que,

[...] fixar as diretrizes da educação nacional não é outra coisa senão estabelecer os parâmetros, os princípios, os rumos que se deve imprimir à educação no país. E ao fazer isso estará sendo explicitada a concepção de homem, sociedade e educação através do enunciado dos primeiros títulos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relativos aos fins da educação bem como à sua normatização e gestão (Ibid, p. 189).

Pode-se perceber que através da análise de alguns projetos propostos na Câmara Federal para a LDB foi possível perceber que a maioria seguia os ditames de uma mentalidade capitalista. O sentido de diretrizes e bases da educação era “esquecido” em sua própria proposta de lei “esquecida” por alguns deputados, encontrando-se muitas vezes apenas o título, mais precisamente na expressão “diretrizes ou bases”. Deve-se lembrar que a LDB auxiliou a concretizar a teoria e prática da Gestão Educacional Democrática na educação.

## **5. CAPÍTULO IV – DERMEVAL SAVIANI: A DEMOCRACIA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

### **5.1 – Dermeval Saviani: análise de algumas “concepções pedagógicas”<sup>13</sup>**

Dermeval Saviani é um filósofo/pedagogo, conhecido por desenvolver a teoria da pedagogia histórico-crítica. Em suas diversas obras publicadas, Saviani apresenta de uma maneira crítica e com um discurso bem “firme” a realidade do sistema educacional brasileiro, assim como sua história e trajetória até a atualidade.

O autor é crítico em sua análise sobre a história da educação. Em seu livro “Escola e Democracia”, ele destaca a existência de duas teorias educacionais (SAVIANI, 2008d, p. 3): 1ª – educação como instrumento de equalização social, superação da marginalidade; 2ª – educação como instrumento de discriminação social, fator de marginalização. Podemos perceber que a educação pode marginalizar<sup>14</sup>, assim como superar essa marginalização, ela pode fazer parte desses dois “mundos”. Saviani afirma essa marginalização como a relação entre educação e sociedade.

Essa questão de marginalização da educação é o resultado do sistema capitalista e de suas transformações. Todos os setores do governo (político,

---

<sup>13</sup> “CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA - A expressão “concepção pedagógica” é correlata de “ideias pedagógicas”. Assim, as ideias pedagógicas são as ideias educacionais entendidas porém, não em si mesmas, mas na forma como se encaram no movimento real da educação orientado e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa. Quando a teoria da educação é identificada com a pedagogia, além de compreender o lugar e o papel da educação na sociedade, a teoria da educação se empenha em sistematizar, também, os métodos, processos e procedimentos, visando a dar intencionalidade ao ato educativo de modo a garantir sua eficácia. Podemos entender a expressão “concepções pedagógicas” como as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada” (SAVIANI, 2010, p.31).

<sup>14</sup> Segundo Saviani (2008d), esse “marginalizado” é identificado como um indivíduo ignorante (no sentido de não ter estudo), ele não é um cidadão esclarecido.

econômico e social) acabam “caminhando” conforme os “movimentos” do capitalismo, isso também ocorre com o sistema educacional (apesar de ser um instrumento de transformação social).

A sociedade tende a integração de seus membros, buscando uma concepção social mais igualitária. De outra forma, a sociedade é marcada pela diferença de grupos ou classes. Nesse outro contexto a educação é identificada como geradora da marginalidade, sendo um fator de marginalização. (SAVIANI, 2008d)

A função da educação é possibilitar a construção de uma sociedade igualitária. Mas devido o sistema capitalista em que se vive, inúmeras vezes a educação é “vista” como um divisor de grupos sociais, sendo entendida “como inteiramente dependente de estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização” (SAVIANI, 2008d, p. 4). De acordo com as questões citadas, os marginalizados são os grupos ou classes dominadas. Possuem essa caracterização por duas questões: Marginais sociais – não possuem força material; Marginais Culturais – não possuem força simbólica.

Por ter um discurso centrado em suas análises, Saviani é bastante criticado pelos demais estudiosos da educação. Essas críticas também advém do fato do autor “fugir” da pedagogia tradicional centrada apenas no professor, e por defender uma pedagogia mais crítica. Essa pedagogia tradicional é considerada não-crítica. No final do século XIX iniciaram-se as críticas a pedagogia tradicional, o que possibilitou um espaço a novas teorias pedagógicas, sendo que o problema da marginalização não estava sendo resolvido. Era preciso renovar, era necessária uma nova teoria pedagógica.

É nesse contexto que surge a “Escola Nova”, ou “escolanovismo”, que utiliza como objetivo central o aprender a aprender. Para a nova teoria era necessária uma significativa reformulação na concepção de educação. Para a “escolanovismo” (SAVIANI, 2008d, p. 8) os estudantes deveriam ser agrupados por áreas de interesse decorrentes de atividades livre; o professor deveria orientar e estimular, mas caberia ao aluno a iniciativa. A Escola Nova não teve grandes e significativos êxitos, pois para ser transformada em prática era necessário muito investimento com custos bem elevados, o que privilegiava uma pequena parte da sociedade, apenas a

elite. Essa perspectiva educacional acabava excluindo as camadas populares e aprimorando a elite, o que gerava uma maior marginalização. Após o declínio da “escolanovismo” (final da primeira metade do século XX), deu-se o surgimento da pedagogia tecnicista.

Segue a análise de Saviani (2008d) referente a algumas teorias pedagógicas, consideradas teorias não-críticas:

-Pedagogia Tradicional – o centro é o professor (sujeito do processo, elemento decisivo e decisório), objetivo era apenas aprender.

-Pedagogia Nova – o centro é o aluno (relação professor-aluno), interpessoal, intersubjetiva. Professores e alunos decidem os acontecimentos, tem como objetivo aprender a aprender. Hegemonia da classe dominante (burguesia).

-Pedagogia Tecnicista – o centro é a organização racional, professor e aluno são secundários; especialistas habilitados são o centro, e devem ser neutros, imparciais; o importante é a eficiência do trabalho. Esse modelo tecnicista foi à primeira forma de administração escolar, e, mais tarde, através de muitas lutas políticas e sociais, foi conquistado o direito, teórico e prático, mesmo a realidade ainda não sendo a desejada, da Gestão Educacional Democrática.

Percebe-se que essas transformações que ocorreram nas “teorias”, ou “concepções pedagógicas”, foram resultados das mudanças no sistema capitalista. Como se pode analisar a Pedagogia Tecnicista é o resultado do modelo das indústrias, no qual o sistema fabril, visando apenas ao lucro e à produtividade inicia sua transposição nas escolas. A escola passa a ser “encarada” como uma fábrica, e seu único e principal objetivo é “moldar” os estudantes para a sociedade obtenha lucro, capital.

## **5.2 – Dermeval Saviani: educação e Gestão Educacional Democrática**

Saviani (2010) afirma que as transformações sociais exigem transformações na escola, no sistema educacional. É impossível que essas mudanças no capitalismo ocorram, sem que as consequências recaiam sobre nossa educação. A sociedade atual exige uma escola diferente, sendo necessário transformar a escola tradicional.

Ao citar Anísio Teixeira, Saviani (2010) afirma que é necessária uma transformação na escola para que a mesma possa acompanhar o avanço material da sociedade ou da civilização. Essa “nova” escola também deveria ter como base uma nova pedagogia “evoluída” conforme as mudanças sociais.

Citando Alceu de Amoroso Lima, Saviani (2010, p. 12) apresenta uma definição muito importante em relação à educação de nosso país, “o problema da pedagogia no Brasil é a ausência completa de um ideal educativo”. A ausência desse ideal é devido às transformações que a educação acaba tendo que seguir por conta das mudanças (desenvolvimento, transformações) do sistema capitalista.

[...] a versão originária da teoria do capital humano entendia a educação como tendo por função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada. À escola cabia formar a mão de obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado (SAVIANI, 2010, p. 21).

Analisando o sistema educacional no país, os estudantes são “educados” em acordo com o meio onde vivem. É impossível organizar um método de ensino separado das influências do meio social, da sociedade em questão, das relações entre burguesia/dominante e trabalhadores/dominados. A escola é um local social onde ocorre processo de humanização e formação de aluno/sujeito. Essa formação acaba sofrendo influências do meio onde está inserida<sup>15</sup>.

Saviani (2005) destaca (como citado no Capítulo II) que a burguesia, através do seu interesse, acabou dividindo os seres humanos em dois grupos, aqueles das profissões manuais, ou seja, o grupo de que alguma maneira será dominado; e aqueles das profissões intelectuais, que serão os dominantes. Essa foi a maneira que a classe dominante encontrou de desenvolver a educação.

Esse domínio da classe dominante acabou fazendo com que a forma de administração de empresa fosse adotada como forma de administração das escolas. Através desse modelo administrativo podemos perceber de que maneira o capitalismo importava-se com o sistema educacional, os estudantes não passavam de um “produto” que deveria ser “construído” em série, e principalmente, onde todos

---

<sup>15</sup> Essa influência que a burguesia exercia sobre a organização educacional influenciava, inclusive, na escolha dos governantes. Para a classe dominante (SAVIANI, 2008d, p. 41) era importante que o povo fosse instruído para que os mesmos tivessem capacidade de escolher seus governantes, e para que isso ocorresse contavam com a escola, pois assim os “melhores” seriam eleitos. Mas esse “melhor” era somente assim para os dominantes, pois os “melhores” para esses não eram os melhores para os dominados.

deveriam ter o mesmo nível intelectual e de rendimento como futura mão-de-obra para as indústrias burguesas. A educação acaba sendo dependente da estrutura da sociedade, e essa durante muito tempo acabou tendo como base o sistema capitalista (SAVIANI, 2005).

Assim percebe-se que, nas últimas quatro décadas (1960, 1970, 1980 e 1990), a concepção produtivista da educação vem se mantendo dominante, e que marcou os projetos da LDB na Câmara Federal, e também fez parte do Projeto de lei de Darcy Ribeiro. Na última década (1990) foi reforçada a ideia da “educação com o instrumento mais poderoso de crescimento econômico e, por consequência, de renegação pessoal e de justiça social” (SAVIANI, 2010, p. 22). A década de 1960 foi “marcada pelas últimas experiências de renovação pedagógica, sob a égide da concepção humanista moderna, expressas nos ginásios vocacionais e em escolas experimentais” (Ibid, p. 22). Foi também nesse período que surgiu a concepção pedagógica de Paulo Freire:

Essa proposta suscita um método pedagógico que tem como ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo a identificar seus principais problemas e operar a escolha dos “temas geradores” (2º passo) cuja problematização (3º passo) levaria à conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo). (Ibid, p. 22)

Na década de 1970 foi adotada uma visão crítica, que acabou por “desmontar” os argumentos que mantinham a concepção pedagógica produtivista, caracterizando a escola como aparelho reprodutor das relações sociais de produção. Na década de 1980 surgiram propostas contra a visão crítica que fora adotada na década de 1970 e que tinha uma característica hegemônica: “Nessa formulação a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa” (SAVIANI, 2010, p. 22). Nessa proposta professor e estudantes estão inseridos num mesmo contexto, mas em posições distintas, e essa relação deve compreender e encaminhar

[...] soluções dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentalização) e visualizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (Ibid, p. 22).

Através de todas as considerações de Saviani, pode-se perceber que a educação sofreu muitas interferências do sistema capitalista, que durante séculos, o mesmo, foi o único “dominador” do Estado, do governo e de todos os setores. Do

mesmo modo, através da reformulação política do país foi possível reformular, também, a educação.

Foi somente nesse cenário que a Gestão Educacional Democrática pôde “sair” do papel para tornar-se real na prática das escolas, do sistema educacional. Através das obras de Saviani foi possível “resgatar”, teoricamente, o caminho que já foi percorrido, e descrever o caminho, longo, que ainda se tem pela frente para que realmente exista uma educação democrática para todos e em todas as instituições.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do presente trabalho foi analisar a transformação do sistema capitalista e seus reflexos na política interna do país. Através da execução da metodologia e do desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que é impossível estudar a questão do sistema educacional sem estudar, ao mesmo tempo, a história da ascensão, transformação e desenvolvimento do sistema capitalista.

A análise das questões que foram citadas foi de suma importância para o desenvolvimento da educação brasileira. Buscou-se problematizar essas transformações, especialmente o desenvolvimento do sistema capitalista e suas influências no sistema educacional, que ocorreram, e foi possível perceber que ainda ocorrem no país, para assim ser possível entender o atual contexto e de que maneira se encontra a educação.

Como foi argumentado no decorrer da pesquisa, o sentido da escola e do ensino, é igualar os seres humanos em sua construção intelectual, e proporcionar acesso à educação para todos, sem distinção. Historicamente, esse objetivo, em parte, perdeu-se durante a “evolução” da sociedade e do capital, o que acabou fortalecendo a divisão de classes, de poderes.

Devido a esses acontecimentos a concepção educacional foi modificada conforme as transformações do modelo de produção capitalista. Ao analisar essa questão constatou-se que a valorização do sistema educacional por todos os setores do Estado deve tornar-se prioridade nos projetos políticos da Câmara Federal.

Como foi apresentado no decorrer do trabalho, parte da transformação da educação, e principalmente do “fortalecimento” da Gestão Educacional Democrática (G.E.D.), foi conquistada através da LDB – Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96, e a mesma acabou ganhando força frente à monopolização do sistema educacional pelo Estado e pelo capital.

Não basta que a Gestão Educacional Democrática esteja amparada por lei, é necessário que toda a equipe escolar (direção, professores, funcionários, estudantes e a comunidade onde a mesma se encontra inserida) esteja engajada nessa

perspectiva educacional que é a implantação da G.E.D. Essa, acaba deixando de ser teórica e transformando-se em prática no momento em que todos os setores do ambiente escolar participarem ativamente do cotidiano da escola.

A G.E.D. é um momento de transformação no conceito da educação “tradicional” (comum a todos). Esse “comum a todos” se refere ao tipo de conhecimento em que toda a população, sem distinção, tem o direito de ter acesso, sendo essa custeada pelo governo, direito que o Estado tem obrigação de oferecer a todos (questão colocada no Capítulo II do presente trabalho).

Com essa conquista foi necessário repensar a questão administrativa da educação, já que a ideia da escola como um espaço de formação de cidadania tornava-se fixa e real. Devemos pensar que é somente através da educação que podemos “construir” um sujeito-aluno-cidadão.

Como base para o trabalho apresentado foram estudadas as obras de Dermeval Saviani. Através da análise de conteúdo realizada nas obras de Saviani, encontrou-se a importância que esse método proporciona em pesquisas bibliográficas acerca da questão histórica do sistema capitalista e suas relações, e interferências, nas leis do Estado e na organização do sistema educacional. Reiterou-se assim uma crença: a sociedade atual exige uma escola diferente, sendo necessário transformar a escola tradicional.

Analisando as questões propostas na pesquisa, observa-se que o sistema educacional, a escola é um local social, onde ocorre processo de humanização e formação de estudante/sujeito. Essa formação acaba sofrendo influências do meio onde estão inseridas, por isso as leis devem preocupar-se mais com os problemas da educação, suas necessidades e principalmente, visando a todos os estudantes e professores.

Foi através das “lutas” de redemocratização política e das leis do país que a Gestão Educacional Democrática conseguiu autonomia, mesmo que ainda não totalmente, para tornar-se real no contexto escolar, no sistema educacional. A partir das obras de Saviani, e da leitura das obras dos demais autores, foi possível resgatar, histórica e teoricamente, o caminho percorrido, e descrever o caminho,

longo, que ainda se tem pela frente para que realmente exista uma educação democrática para todos e em todas as instituições.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa. Edições 70, 2002.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). **Políticas e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 p. 129-140.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 05 de maio de 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “A educação básica como direito”. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 134, Mai/Agos. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01001574200800000002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01001574200800000002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 maio 2010.

FERREIRA, Liliana Soares; STURMER, Arthur Breno. “Os cidadãos-professores e a formação para a cidadania na construção de escolas democráticas”. **Educação**. Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 155-168, jan./abr., 2010.

FERREIRA, Liliana Soares. Unidade I: Fundamentos teórico-metodológicos. A Construção do Projeto Político Pedagógico. **Curso de Pós-Graduação EAD em Gestão Educacional**. Santa Maria, 2009.

\_\_\_\_\_. “Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores”. In: **Educação em Revista**, Marília, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2007.

FONTANA, Hugo A. Unidade C – Estado, Sociedade e Educação. Fundamentos filosóficos, políticos e sociais da Gestão Educacional. **Curso de Pós-Graduação EAD em Gestão Educacional**. Santa Maria. 2009.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 45-60.

KRUM, Myrian. Legislação Educacional. Políticas Públicas e Gestão Escolar. **Curso de Pós-Graduação EAD em Gestão Educacional**. Santa Maria, 2009.

KUENZER, Acácia, Zeneida. Inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 77-96.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. Da antiguidade aos nossos dias. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.

\_\_\_\_\_. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). **Políticas e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b, p. 69-97.

\_\_\_\_\_. A educação para além do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 97, set./dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302006000400016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000400016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 maio 2010.

\_\_\_\_\_. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 maio 2010.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_036.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html). Acesso em: 27 de maio de 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação** – LDB: trajetórias, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao Fundeb**: por uma outra política educacional. 3. Ed. Capinas/SP: Autores associados, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 10. Ed. Campinas/SP: autores Associados, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008d.

\_\_\_\_\_. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 13-24.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Escola** – função social, gestão e política educacional. In: *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.